

“EU SOU MULHER”: A LUTA DAS MULHERES NA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA METADE DO XX

“I AM A WOMAN”: THE WOMEN’S FIGHT DURING THE SECOND HALF OF THE XX’S CENTURY IN THE MILITARY AND CIVIL DICTATORSHIP IN BRAZIL

Laura Andressa Carvalho Madeira¹

Syndley Jorrany Conceição de Oliveira²

RESUMO

O propósito do artigo é relembrar a resistência feminina durante a ditadura civil militar no período de 1964 a 1985, buscando agregar todo contexto para os dias atuais, onde ainda existe a luta por igualdade e quebra de estereótipos impostos á décadas. A luta das mulheres foi um marco histórico no golpe de 64 tendo suma importância no desenrolar da militância, o qual seria responsável por descentralizar um sistema opressor e ditatorial. O movimento feminino vem se fortalecendo e a memória de um conflito nas ruas e um combate composto por gritos de manifestações tem de ser lembrada com o intuito de que as lutas possam sempre ser por resistência feminina.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres militantes; Ditadura Militar; Gênero; Violência.

ABSTRACT

The purpose of this article is to remember the female struggle during the civil and military dictatorship in the period of 1964 to 1985, seeking to bring this context to the present days, where women have been fighting for decades to break the imposed stereotypes and reach equality. The woman’s fight is a historical landmark to the scam of 64 having crucial participation in the unraveling of the militant movement that would later on be the responsible for the decentralization of the dictatorial and oppressing system. The feminine movement has been getting stronger and the memory of the streets conflict and the combat composed of the screams of manifestation has to be called to mind with the intent that the fights can always be about female resistance.

Keywords: Militant women, military dictatorship, gender, violence.

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, 6º Período.
E-mail: lauraandressa@gmail.com

² Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Acre, 6º Período.
E-mail: syndleyjorrany99@hotmail.com

Mulheres vêm batalhando a séculos contra os desafios a elas impostos, na sociedade brasileira, que se construiu dentro de um sistema colonial, patriarcal e escravista, seja por nascimento ou transição, elas sofrem com discriminação e são colocadas em desvantagem, mesmo quando se encontram em posições privilegiadas. Não obstante a tais circunstâncias, imaginem agora quando nos colocam em um cenário diferente do habitual, onde nasce uma situação política caótica, na qual muito poder se acumula nas mãos de determinado grupo e este não demonstra piedade quando se trata de perseguir e punir a bel prazer, o que acontece com a mulher?

Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida. (BEAUVOIR, Simone de)

A condição feminina se agrava no evento em que se instala um Estado de exceção das garantias legais, como o foi vivenciado entre o período de 1964 a 1985, quando os desafios femininos crescem, atos violentos inimagináveis são cometidos, e direitos cruciais lhe são negados. E é neste contexto, que a trajetória da mulher durante a ditadura militar é coberta por violência e medo, mas também se destaca pela resistência, e apesar dos sofrimentos que as aguardavam, elas ainda lutaram pelos seus ideais e direitos.

1 PERÍODO DITATORIAL

É ordinário quando se instala um sistema antidemocrático a privação de alguns direitos ao cidadão, até mesmo em situações democráticas há dificuldade de atender todas as promessas feitas nas constituições. O regime militar brasileiro não é exceção a essa regra, ferramentas cruciais para ele foram a repressão, a censura e a tortura.

Analisaremos agora a situação da mulher, uma criatura que antes mesmo do caos se instalar lutava para conquistar seu espaço social e liberdade.

Anterior a 1964 a mulher ainda se encontrava privada de autonomia tendo de obter autorização do marido ou pai para trabalhar, quase não se havia usufruído o direito de votar e dos direitos trabalhistas conquistado com Vargas em 1932, e se instalou a intervenção, onde programas de esterilização somados as faltas de informação sobre métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, restringindo ainda mais a pouca liberdade que a mulher tinha sobre o próprio corpo, ainda assim, a presença feminina no mercado de trabalho cresceu e muitos movimentos femininos surgiram, viram-se presas num dilema, ou levantariam para lutar

encarando todos os riscos direcionados ao seu sexo, ou calariam perante a ditadura e arriscariam uma vida permeada por medo, desesperança e morte.

Não importa a situação política do espaço onde elas estejam de uma forma ou de outra são privadas de algo, lhe são negados direitos numa prática milenar de subjugar-las, e apesar de suas constantes lutas para conquistar e manter as preciosas liberdades que alcançam, basta uma situação como esta para mostrar que esse é um esforço contínuo.

O ser feminino é visto de uma forma bem específica ao longo da história, se trata de algo delicado, caseiro, materno, perfeito e incólume, podemos usar as palavras de Del Priore para melhor analisar a ideia;

A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal. (DEL PRIORE, 2011, p.78).

Esse contexto ao qual ela se refere se aplica até mesmo na atualidade, onde apesar de termos entrado num ramo de maiores liberdades ainda nos deparamos com essa idealização arcaica que nos foi imposta.

Quando uma mulher se destaca, se rebela contra esses padrões ou até mesmo difere deles, quer por inocência ou simplesmente ao não se encaixar, a ela são atribuídos todos os julgamentos e sofrimentos, tanto físicos como psicológicos. Porém, até mesmo aquelas raras mulheres que se adéquam ao esperado delas, ainda estão em perigo, porque esse risco vem de pertencer ao sexo feminino, o vemos todos os dias quando somos privadas do direito de ir e vir, porque se vamos e algo nos acontece sobre nós recai a culpa.

Para lutar contra o autoritarismo dos militares, elas tiveram de deixar muito para trás, até mesmo o falso senso de segurança de uma casa e uma família, pois não haveria um 'príncipe' para salvá-las, porquanto tais sujeitos nem mesmo conheciam pelo o que elas passavam. Somente as mulheres sabiam os custos das torturas sobre os seus corpos, se participaram das lutas armadas sofreram o dobro, porque desafiavam dois aspectos: os impostos pela ditadura e pela sociedade, e a essas se destinaram torturas específicas para o nosso sexo de forma absurdamente desumana e repugnante, mas elas resistiram.

Imagem 1 – Em 1968, as atrizes Eva Todor, Tônia Carreiro, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma Bengell, marcharam contra a censura do governo em plena ditadura militar



Fonte: Agência O Globo - 1968: Mulheres que lutaram contra a ditadura e contra o machismo³

Podemos ver essa luta, sim, se a procurarmos profunda e detalhadamente, porque a história não gosta de retratar a mulher guerreira, isso se reflete nos conteúdos de entretenimento produzidos atualmente, onde constantemente personagens femininos fortes são enfraquecidos pelas características atribuídas ao feminino.

Notamos isso também em relatos históricos, livros, artigos, artefatos, lendas, é sempre difícil nos achar na história, entretanto estamos ali, elas se levantaram como guerrilheiras, donas de casa saindo para protestar, universitárias, professoras, todas elas da sua própria forma procuraram reivindicar os seus direitos.

É importante registrar que as mulheres que participam desses grupos não se reúnem enquanto trabalhadoras, mas enquanto cidadãs excluídas, ou usuárias mal atendidas dos serviços públicos essenciais. O ritmo e a intensidade de mobilização diferem de região para região, mas permanece claro que em todos os grupos as mulheres reivindicam direitos e não favores. Vários desses grupos de mulheres, por razões diversas, conseguem manter sua capacidade de mobilização também para questões políticas mais amplas, que saem dos temas que deram origem à sua formação (CAPPELIN GIULANI, 1997, p.681).

Tamanha é a força feminina que, em 1975, as mulheres deram o início ao Movimento Feminino pela Anistia. Essa foi a faísca inicial da criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, que se propagou e ganhou grande repercussão no país até ser aprovada.

³ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/1968-mulheres-que-lutaram-contraditadura-contramachismo-22759477>>. Acesso em: 02 de Maio de 2019

A população brasileira foi introduzida nessa situação de forma gradual, o exército vinha desempenhando um papel intervencionista desde Vargas (Movimento do 11 de Novembro) e até antes, esse papel contribuiu para plantar as sementes do golpe, quando se somou isso ao desagrado popular durante o governo de Jango (1961 a 1964), cidadãos estavam à espera da implementação de reformas agrárias, trabalhistas e de uma salvação para a economia. Dentro desta conjuntura, Goulart se encontrava encurralado e sua falta de articulação das propostas, somada a constantes brigas entre os políticos de esquerda e direita brasileiros deixou o país estagnado, daí surge a intervenção militar, apoiada pela população civil, sobre o pretexto de intervir e depois entregar o país de volta a um presidente após eleições em 1965, no entanto as coisas rapidamente se mostraram diferentes quando Castello Branco fez escolha indireta, via colégio eleitoral, do nome de Costa e Silva para o cargo de Presidente da República.

Essa foi uma ocasião onde o uso de falsa propaganda e da censura de se deu em grande escala, com a promulgação do AI-5 a cidadania se viu drasticamente reduzida e a ditadura foi oficialmente implantada.

Neste sentido, devemos compreender os atos institucionais enquanto armas dos militares para legalizarem as suas ações, porém o AI-5 fez do mandato de Médici (1969 a 1974) o mais violento. Também ficou marcado pelo seu milagre econômico que em curto prazo beneficiou o país e em longo prazo o afundou em dívida externa. Seu sucessor, Geisel (1974 a 1979), já não assumiu o país em boas situações e foi constantemente rejeitado pela parte linha-dura dos militares, mais tarde o país passaria pela sua redemocratização, mas não sem dificuldade e luta.

A ditadura militar brasileira foi um período sombrio do país, mitos como o milagre econômico, que profundamente endividou o Brasil, e o combate ao inimigo comunista, por muitas vezes arquitetado por membros do governo, levam cidadãos no dia de hoje a se esquecerem do lado sangrento e absurdo pelo qual passamos. Não podemos ter um regime democrático quando proclamamos que somos a favor, ou admiradores dos feitos de um período ditatorial, mesmo que só uma vida tivesse sido perdida para tortura e morte sistematizada e acobertada dos militares ainda seria o ápice do indesculpável.

2 HISTORICIDADE DA LUTA FEMININA

Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade e se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês? (PERROT, 1988, p.198).

Esse trecho do livro “Os excluídos da história” de Michelle Perrot retrata bem a passagem da mulher no meio social, retratando-a como uma das minorias excluídas da historiografia, e através de vários artigos traz um embasamento crítico crucial sobre o papel dessa personagem, pela qual por anos foi considerada como algo sem relevância mas, por outro lado, possui fatos ricos, capaz de desconstruir o papel social imposto a ela que serve apenas para aumentar as diferenças de gênero e mantê-las silenciadas.

Quando se fala em ditadura é eminente o papel do homem como percussor e estabilizador do processo. É possível vislumbrar, na literatura, obras como “Brasil uma Biografia” de Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling que retratam extensamente sobre a figura masculina, tanto como agente que corroborou com o processo como aqueles que sofreram com o autoritarismo.

Não há na história uma luta de pluralidades em prol de direitos comuns e sim uma luta do homem. Mas ao fazer esse estudo é possível indagar sobre o papel político e social do gênero feminino da época, e para entender o porquê da figura feminina ser alvo de tanto preconceito e repressão é preciso buscar em sua trajetória como seu papel foi idealizado, e compreender o quanto a sociedade tem dificuldade em desconstruir certos paradigmas, principalmente quando eles são determinados pela igreja.

Mary Del Priore, em seu livro sobre a “História das mulheres no Brasil” retrata as desconstruções que foram feitas para que a mulheres pudessem ter um espaço na arena pública. Desde a idade média, o imaginário de moça residia no fato dela ser domada, seguindo regras da moral e dos bons costumes, neste sentido sua sexualidade era controlada, casava-se cedo – tornando-se responsável do marido - e seu único papel de maior importância era a procriação.

A cultura misógina era severa com as mulheres, qualquer prática que a igreja se determina como pecado as sobre caía, “homem era homem e mulher era mulher”, e se não fosse deste modo, sofria-se com a Inquisição, mas mesmo assim, muitas se aventuravam, sendo por desejo ou carência. Para os médicos medievais o corpo da mulher era compreendido como o templo do pecado “palco nebuloso no qual digladiavam Deus e o Diabo”, assimilando-a a queda da humanidade ainda por associa-las como Evas.

Essas lutas por igualdade ganharam grandes nomes como o de Nísia Floresta Augusta, que logo durante o período imperial obteve reconhecimento por ser a primeira mulher a redigir livros e artigos nos jornais sobre a questão feminina, uma das suas obras “Direitos das mulheres e injustiças dos homens” reforça a capacidade da mulher em cargos de lideranças e de outras funções, e Bertha Lutz que fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, logo após

Leolinda Figueiredo Daltro criar o Partido Republicano Feminino. Foram muitas conquistas, apesar das

o reconhecimento nas lutas sociais, no trabalho e na mídia, reivindicação o espaço público e institucional, essas mulheres de coragem enfrentaram um país extremamente machista, para sair da esfera privada e ganhar espaço na vida pública e ser porta voz de seus diretos.

Ainda assim as militantes que refutaram os padrões, eram subjugadas até mesmo por outras mulheres, que se acomodavam e aceitavam a submissão e associavam essas práticas à negação do privado barreiras com a igualdade, o gênero feminino estava saindo às ruas e ganhando autonomia.

A modernização da sociedade brasileira, o início dos movimentos por melhorias, foram peças fundamentais para que elas, até então silenciadas, pudessem ser ouvidas. No decorrer da história, as mulheres se opuseram a essa ordem social “compulsória”, sendo elas: militantes, buscavam ser reconhecidas como agente ativa na história da reconstrução do Brasil - lado a lado com os homens sem qualificação de gênero -, a libertação dessa ideologia a qual exclui silencia e fere, buscavam e distanciamento das obrigações “femininas”, contudo, há anos um papel foi imposto sem que dessem à elas o direito de escolher, tidas como incapazes e inferiores, coube a elas, quebrar as barreiras dessa ideologia para que tantas outras pudessem se “rebelar”.

Porém, mais do que falar sobre as misérias da vida feminina, importava decodificar que poderes informais e estratégias as mulheres detinham por trás do ficcional poder masculino, e como articulavam a subordinação e a resistência (DEL PRIORE, 1994).

A pauta sobre os direitos civis passaram a ganhar mais força, o levante oposicionista progredia e as formações de grupos militantes cresciam, entre eles os grupos que eram desassistidos pelos poderes públicos como pequenas reuniões e clubes de mães, por exemplo, começaram a se tornar grandes organizações na luta a favor da democracia, entre eles o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação (MNUCDR), O Centro da Mulher Brasileira (CMB) e o SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual.

Mais do que uma luta por democracia, os movimentos estavam ganhando outros ideais, as reivindicações eram em favor de reconhecimento da diferença, igualdade e universalidade. As mulheres, não queriam mais ser reconhecidas como minorias, não queriam se esconder, como fala Del Priore, por trás do poder masculino. Queriam ter direitos sobre o próprio corpo, igualdade civil e respeito intelectual. Era necessário fazer história.

3 INSERÇÃO NOS CAMPOS SOCIOCULTURAL

No decorrer da história da humanidade foi noticiado obras que foram censuradas, escritas queimadas pois mostravam mais do que era permitido para uma sociedade com consciência cheia de conservadorismo, o destaque de censura no cenário brasileiro pode ser sinalizado durante a Ditadura Civil Militar, deu-se um período com marcos na censura musical, fogueiras de livros, opressão nas artes plásticas e demais. Em ordens de censura para músicas que de alguma forma representavam a luta e força da militância, como incentivo de não se calar perante as barbáries presentes. Nesse contexto fica evidente as diversas mulheres que tiveram a perseguição do espaço de voz e produção, como Cassandra Rios que é uma das artistas mais censuradas do Brasil com 36 livros publicados sendo 33 deles vedados na década de 70, suas obras traziam como temática um universo erótico que era considerado ‘devasso’ e a homossexualidade feminina.

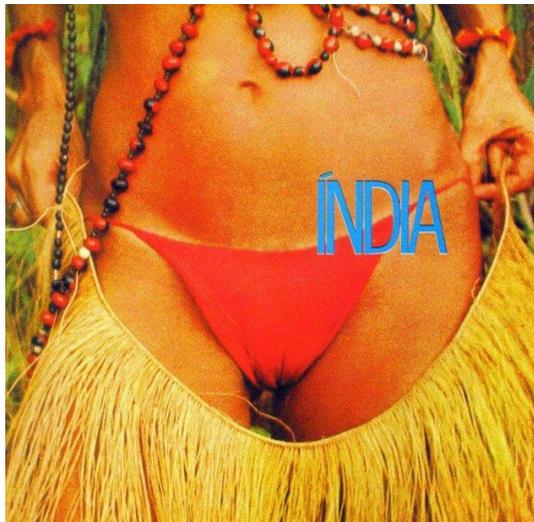
Imagem 2 – Obras de Cassandra Rios, a autora foi reputada como comunista, impudica e reles pela designação temática de suas obras, mesmo que a autora tenha sido nomeada como a primeira mulher a atingir a marca de 1 milhão de exemplares vendidos



Fonte: G1 – Quem foi Cassandra Rios, a escritora mais censurada da Ditadura Militar⁴

⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghhtml>>. Acesso em: 02 de Maio de 2019.

Imagens 3 e 4 - Versão original do álbum Índia de Gal Costa e Versão censurada do álbum Índia de Gal Costa



Fonte: Hypheness – 10 das capas de discos censuradas mais incríveis de todos os tempos⁵

Outro exemplo de censura foi o álbum Índia produzido, regido e lançado por Gal Costa, a mesma continha uma capa intitulada pelos censuradores como “excesso de nudez” o que remeteu a venda do álbum com uma capa plástica por cima.

Com a vigência do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, a censura foi legalizada para todas as obras que fossem consideradas ‘fora do padrão normativo militar’, a consequência disso foi a cassação de artistas, escritores, compositores, atrizes e demais que se rebelassem e continuassem a produção de obras com cunho militante ou críticas ao sistema imposto.

Mesmo com a repressão civil militar para produção, artistas em todo Brasil continuaram com seus gritos de revolução através de música, peças, danças como Nara Leão canta no show opinião “Podem me prender / podem me bater / podem até deixar-me sem comer / que eu não mudo de opinião...”.

As mulheres foram símbolo de resistência artística com representações de força e luta transmitidas claramente em suas obras, o sentimento de resistir a um sistema opressor não só pela sua luta em busca a libertação de uma ditadura, mas também de soltura a uma cultura repleta de machismo que por anos tornou e torna imposto uma colocação para mulher, em um espaço definido por paredes de uma construção social sendo chamada de inferior de várias formas. Maria Bethânia cantou sobre em “É um tempo de guerra/É um tempo sem sol” e mais tarde também

⁵ Disponível em: <hypheness.com.br/2018/10/10-das-capas-de-discos-censuradas-mais-incriveis-de-todos-os-tempos/>. Acesso em: 02 de Maio de 2019.

declarou toda dor que provinha de mais um amanhecer na realidade do golpe de 64 “Na minha voz trago a noite e o mar/O canto é a luz de um sol negro e dor”. (BETHÂNIA,1965).

4 FEITIOS DE FEROCIDADE

Tortura – foi definitivamente a palavra que perpetuou por todos os anos ditatoriais, foi realidade para diversos grupos de pessoas e movimentos que levou alguns para o desaparecimento ou montagem de uma pilha de corpos de tantas outras que não tiveram a chance de lutar pela sua vida pois foram submetidas a uma situação de total covardia em todos os âmbitos da palavra.

As mulheres que sofreram torturas na ditadura não tiveram como acusação principal a militância ou a resistência, mas sim a quebra de uma ‘regra’ imposta que se referia ao modo de ‘ser mulher’, foram submetidas a graves lesões físicas enquanto lutavam pela sobrevivência em porões escuros ou cadeias que ninguém sabia que existiam, também foram submetidas à violência sexual, desnudamentos forçados e por vezes foram separadas de seus filhos após o nascimento deles – algumas mulheres eram presas durante a gestação e quando tinham seus bebês dentro da cadeia, eles eram separados das mesmas e utilizados como fonte de ameaças e agressão psicológica – abortos provocados, ameaças de tortura contra familiares, diversas formas de torturas foram direcionadas para mulheres como método de agredi-las não só pela sua luta mas como método de imposição a um espaço que tentavam delimitar a elas, agressões que traziam consigo os sussurros de uma opressão por ‘ser mulher’. (MULHERES, s/d).

A violência sexual foi um de tantos métodos de torturas utilizados para com mulheres em grande maioria para que os torturados submetessem elas a uma ideia de supremacia em uma tentativa de repressão de gênero.

A partir de depoimentos e arquivos a Comissão identificou que essa foi uma prática constante nos centros de tortura da ditadura, e que funcionava como instrumento de dominação e poder. Além disso, o estupro no contexto da repressão é também tratado como arma de guerra. Ao longo da história os corpos das mulheres foram apropriados em ambientes de conflito para afetar a honra da outra parte, como “recompensa” ou espólio depois da batalha. Como se guardasse a honra dos seus companheiros, pais e irmãos, as mulheres foram injuriadas, torturadas e estupradas como forma de afetá-los e ofendê-los. Exemplo disso são os casos onde casais foram presos e torturados juntos. Essas indicações permitem analisar como as torturas reforçaram as desigualdades de gênero e de orientação sexual, mostrando que a repressão e a própria ditadura estavam apoiadas no patriarcado. (CNV E MULHERES, s/d).

A violência sexual foi o método de tortura com um silêncio particular, sendo uma das violências com menor conhecimento de todas as demais praticadas.

Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo. (MERLINO, 2010).

- 4.1 ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, EX-MILITANTE DO PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA (POC), ERA ESTUDANTE DE SOCIOLOGIA E PROFESSORA DO ENSINO FUNDAMENTAL QUANDO FOI PRESA, EM 11 DE JULHO DE 1971, EM SÃO PAULO (SP)

Nos porões da ditadura diversas mulheres foram postas em posições de constante pressão psicológica, viram seus filhos sendo levados por homens que a matariam logo após, foram postas nuas no pau-de-arara enquanto recebiam tantos golpes que não havia intervalo de tempo para sequer um pensamento de socorro reverberar, nos porões da ditadura elas lutaram para manter os olhos abertos enquanto recebiam choques por todo seu corpo nu e ouviam um alguém deliberar rajadas de ódio infundado.

Me virou de costas, me pegando pela cintura e começaram os beliscões nas nádegas, nas costas, com o vestido levantado. Um outro segurava meus braços, minha cabeça, me dobrando sobre a mesa. Eu chorava, gritava, e eles riam muito, gritavam palavrões. Só pararam quando viram o sangue escorrer nas minhas pernas. (MERLINO, 2010).

- a. ROSE NOGUEIRA, EX-MILITANTE DA AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN), ERA JORNALISTA QUANDO FOI PRESA EM 4 DE NOVEMBRO DE 1969, EM SÃO PAULO (SP).

Nas prisões da ditadura, chegar ao seu limite físico e emocional era o anúncio de que talvez houvesse a chance de sobreviver a mais um dia.

Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável. Durante os dias em que fiquei muito mal, fui cuidada e medicada por uma senhora chamada Olga. Quando comeci a melhorar, voltaram a me torturar. (MERLINO, 2010).

- b. IZABEL FÁVERO, EX-MILITANTE DA VAR-PALMARES, ERA PROFESSORA QUANDO FOI PRESA EM 5 DE MAIO DE 1970, EM NOVA AURORA (PR).

Fora e dentro dos porões da ditadura havia um sentimento de resistência, havia um sentimento de luta, havia gritos de dor se misturando com gritos de guerrilheiras. Mesmo em meio a torturas e mortes, houve resistência. A líder feminina vem sendo uma constante por todos esses séculos e em diversas partes do mundo, em 1964 as mulheres viram sua existência ser posta em risco a cada mínima resistência, viram que cada caminhar seu perante uma militância para derrubada de um sistema opressor, incomodava cada estrutura misógina imposta e então mais uma vez durante a história podemos notar que a mulher também lutava para ser a mulher que quisesse ser, lutava para que lhe fosse entregue o direito de vivência regido por si mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1964 foi declarado o início de um período que ficaria marcada por toda linha do tempo, manchada com sangue. O som da marcha das mulheres ainda reverbera nos dias de hoje, pois a luta pelo espaço igualitário que é de direito não teve fim, todos os sussurros, todo fechar e abrir de olhos para mais um dia de luta, ainda são constantes nas lembranças históricas e não deve ser apagada, a ditadura tentou silenciar o que era considerado minoria e tentou de todas as maneiras silenciar as mulheres, e as regar com um posicionamento de certos e errados baseados em definições provindas de homens.

A luta da mulher foi um marco para conquista da libertação de um sistema ditatorial e para quebra de um alinhamento misógino, que impunha a mulher um estereótipo desde o momento em que nascia. A ditadura tentou apagar a resistência das mulheres, mas foi falho, pois nada que aconteceu naqueles porões deve ser esquecido, nenhum pisar perante uma rua cheia de pessoas armadas lhe gritando palavras de morte deve ser esquecido, pois a luta não será apagada da história e não haverá desistência, pois, tantas mulheres resistiram para que outras pudessem ter o direito de repulsar qualquer opressão.

O resistir das mulheres não teve finalização no ano de 1985, ele continua até mesmo com o encerramento da ditadura pois nunca se tratou apenas de lutar por uma causa, mas também de buscar um mundo onde dizer 'Eu sou mulher' não carregue uma possibilidade de riscos. Dizer tais palavras ainda nos dias de hoje, carrega o peso de uma escolha para qual caminho seguir na volta para casa, onde sentar em um transporte público, medir todos os possíveis cenários para ida em algum lugar desconhecido.

Tais palavras portam uma luta secular, sangue de tantas mulheres derramado de forma violenta, uma caminhada com tantos rostos femininos, rostos que estiveram em porões

ditatoriais, em ruas jogadas no chão, que estiveram em frentes de manifesto, que gritaram ‘Abaixo a ditadura’, rostos que olharam a ditadura civil militar de perto e encheram o pulmão para gritar ‘Eu sou mulher e eu vou lutar’.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 2 ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BORGES, Helena, **1968: Mulheres Que Lutaram Contra a Ditadura E Contra O Machismo**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/1968-mulheres-que-lutaram-contra-ditadura-contra-machismo-22759477> acesso em: 02 de Maio de 2019.

CANCIAN, Renato, **Ditadura militar (1964-1985) - Breve história do regime militar**, 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1964-1985-breve-historia-do-regime-militar.htm>. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. Anais do VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra. 2004.

CORRÊA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. Cadernos Pagu [online]. 2001, n. 16, pp.13-30.

DE MARCH, Kety Carla. **Honestos, trabalhadores, desordeiros e viciados: os jogos discursivos sobre masculinidades nos processos criminais no Paraná dos anos 1950**. OPSIS, [S. I.], vol. 13, n. 2, p. 84-105, fev.2014. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/23201/15909>. Acesso em: 07 de Maio de 2019.

DEL PRIORE, Mary, **História das Mulheres no Brasil**, editora Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary, **Histórias Intimas: Sexualidade e Erotismo no Brasil**, editora Planeta, 2011.

GRECO, Heloísa A. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese. (Doutorado em História). 2003, 559 f. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

LIMA, Joyce, MORAIS, Ana Júlia, SILVA, Nicolay, **"Mulheres": A luta por direitos e o combate ao machismo**, 2018. Disponível em: <http://www.coletivof8.com/single-post/2018/05/11/Mulheres-Ato-em-prol-dos-seus-direitos>. Acesso em: 14 de Agosto de 2019.

MERLINO Tatiana. **Direito à memória e à verdade: Luta substantivo feminino**. . – São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010

Mulheres, s/d. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>, Acesso em: 02 de Maio de 2019.

OLIVEIRA, Rosiska D. de. **Elogio da diferença**: o feminino emergente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PEDRO, Joana Maria, WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria; **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Editora Mulheres, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade. vol. 20, n.2, 1995, pp.71-99. Disponível em:
<https://xa.yimg.com/kq/groups/23533422/1081670143/name/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf>. Acesso em: 17 de Maio de 2019.

MERLINO Tatiana. **Direito à memória e à verdade**: Luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010

MULHERES. Memórias da Ditadura. Disponível em:
<<http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>>. Acesso em: 02 de Maio de 2019.

CNV E MULHERES. Memórias da Ditadura. Disponível em:
<<http://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-mulheres/>>. Acesso em: 02 de Maio de 2019.

MARIA BETHÂNIA. Eu Vivo num Tempo de Guerra. RCA: 1965. Suporte (2:35)